

ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO DA PETROBRAS NOS SETORES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA ÁREA DO PRÉ-SAL

Sânzia Mirelly da Costa Guedes¹, Mariana de Siqueira²

Bolsista PRH-36 ANP, sanzia.mirelly@gmail.com, ¹Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ²Departamento de Direito Público, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RESUMO

MOTIVAÇÃO: Em 1995, a Emenda Constitucional nº 09 foi aprovada, redimensionando o papel do Estado nas áreas de energia e telecomunicações. Entre as inovações, houve a flexibilização do monopólio, até então, exercido pela União, através da Petrobras, nos setores de exploração e produção do petróleo, a qual foi vista de forma positiva, devido a necessidade de investimentos em infraestrutura, para fomentar o desenvolvimento nesses setores. Atualmente, com a possibilidade técnica de explorar e extrair petróleo das denominadas camadas de Pré-Sal, o sistema jurídico do referido país sofreu, novamente, inovações, com o intuito de ajustar-se para beneficiar o Estado brasileiro. Dessa forma, a Lei nº 12.351/2010 instituiu o regime de partilha de produção em áreas do Pré-Sal, bem como em áreas estratégicas. Ainda, aduz que a Petrobras será a única empresa operadora nos blocos contratados por esse regime, como também poderá ser contratada diretamente, com dispensa de licitação, e, em caso de não ser vencedora em licitações, deverá constituir consórcio com o licitante vencedor, com participação mínima de 30%. Assim, com base numa perspectiva Neoconstitucional, se faz necessária uma análise jurídico-constitucional da provável alteração concorrencial nos setores de exploração e produção de petróleo em reguladas pela lei em destaque, partindo da ponderação do tratamento diferenciado dado à Petrobras e de princípios constitucionais como o da livre concorrência, isonomia, desenvolvimento e soberania nacional.

OBJETIVO: O presente trabalho busca analisar a atuação da Petrobras nos setores de produção e exploração na área do Pré-Sal, conforme a Lei nº 12.351/2010, a partir de um resgate histórico dos modelos jurídicos, com ênfase no novo papel da Petrobras e da possível centralização das atividades de exploração e produção nas áreas reguladas pela lei supra. Além disso, é objetivado examinar princípios constitucionais, tais como livre concorrência, soberania, desenvolvimento nacional e isonomia, destacando as contraposições existentes entre eles e ressaltando a necessidade de ponderá-los na nova atuação da Petrobras já mencionada.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: O tema se insere na Indústria do Petróleo, uma vez que trata da análise jurídico-constitucional da atuação da Petrobras (maior empresa brasileira do ramo petrolífero) nas áreas do Pré-Sal, realizando análise dessa atuação, com base em princípios constitucionais.

RESULTADOS OBTIDOS: Pretende-se, com este trabalho, verificar, de modo jurídico-constitucional, se a Lei 12.351/2010 atingirá, de fato, seu objetivo de preservar os interesses nacionais nas atividades de exploração da camada do Pré-Sal ou irá possibilitar o retardamento do desenvolvimento tecnológico da referida área.